



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)



Educação: Políticas, Estruturas e Organização 9

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

9

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 9 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 9)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-310-1

DOI 10.22533/at.ed.101190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 9” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NA CAMINHADA PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS PERPASSEI PELA ALFABETIZAÇÃO E PELO LETRAMENTO	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
DOI 10.22533/at.ed.1011903041	
CAPÍTULO 2	12
NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: A LINHA TÊNUE ENTRE SEGREGAR E RESISTIR	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1011903042	
CAPÍTULO 3	20
NÃO TE ESCUTO: (SOBRE)VIVER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Leonardo Farias de Arruda Ricard José Bezerra da Silva Juliana Fonsêca de Almeida Gama	
DOI 10.22533/at.ed.1011903043	
CAPÍTULO 4	31
NIM: EFICIENTE RECURSO DIDÁTICO NA APRENDIZAGEM DA DIVISÃO	
Márcia Aparecida de Macêdo Silva Josélia Paes Ribeiro de Souza Fernanda Viana de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1011903044	
CAPÍTULO 5	47
NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO PASSADO ÀS INOVAÇÕES EDUCACIONAIS DOS SÉCULOS XX E XXI, EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	
Solange de Carvalho Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.1011903045	
CAPÍTULO 6	60
O BIOMA CERRADO: PLANTANDO NO PRESENTE OS DESEJOS PARA O FUTURO	
Marcelo Duarte Porto Everson Inácio de Melo Sheyla de Oliveira Martins Thiago Gonçalves dos Santos Stefania Amaral Ricardo Ferreira Letícia Sousa Silva Ronivaldo Silva Leal dos Santos Vanusa Rodrigues Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.1011903046	

CAPÍTULO 7	66
O CONTO DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM ALUNOS DO ENSINO ESPECIAL	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Marta Brügger	
DOI 10.22533/at.ed.1011903047	
CAPÍTULO 8	76
O CORTIÇO: LEITURAS POSSÍVEIS ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DA ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E DO MÉTODO RECEPCIONAL NOS CONTEXTOS DE SALA DE AULA DA EJA	
Ferdirammar Farias Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1011903048	
CAPÍTULO 9	84
O CURRÍCULO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL	
Maria Luiza de Santana Gomes Haniel Regina Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1011903049	
CAPÍTULO 10	94
O ENSINO DA ARTE E A SUSTENTABILIDADE: UM DESPERTAR DO SENSO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Victor Batista da Conceição Leidiane dos Santos Lima Romildo de Araújo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.10119030410	
CAPÍTULO 11	103
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VIA DE INSERÇÃO SOCIAL PARA OS IMIGRANTES HISPANO HABLANTE EM RORAIMA	
Maria Betânia Gomes Grisi Cila Vergínia da Silva Borges Hilton de Sá Rodrigues Maria de Fátima Freire de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.10119030411	
CAPÍTULO 12	115
O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL: DA BNCC A ARGUMENTAÇÃO EM PAUTA	
Joyce Almeida Ataíde Alves Maria José Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.10119030412	
CAPÍTULO 13	125
O ENSINO TÉCNICO À LUZ DA DIMENSÃO ÉTICA DISCENTE	
Geise Franciele Ferreira Neves Luciana Maria Caetano Betânia Alves Veiga Dell'Agli	
DOI 10.22533/at.ed.10119030413	

CAPÍTULO 14 142

O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO COLETIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Loryne Viana de Oliveira
Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Mônica Angélica Barbosa de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.10119030414

CAPÍTULO 15 152

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Cristh Júnior Pereira Carvalho
Janeisi de Lima Meira
Maurício Castro Gonçalves de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.10119030415

CAPÍTULO 16 161

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA COM ÊNFASE NA PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEG - CAMPUS FORMOSA

Karina dos Reis Bittar
Marilda de Paula Mamedio
Sônia Bessa

DOI 10.22533/at.ed.10119030416

CAPÍTULO 17 173

O ESTÍMULO DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM DE UMA EDUCANDA COM SÍNDROME DE DOWN

Xênia da Mota Araújo Lima
Ingrid da Mota Araújo Lima;

DOI 10.22533/at.ed.10119030417

CAPÍTULO 18 184

O INTÉRPRETE NA FIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E PRÁTICAS A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Euluze Rodrigues da Costa Junior
Reginaldo Célio Sobrinho
Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

DOI 10.22533/at.ed.10119030418

CAPÍTULO 19 195

O JOGO “CARTADA ORGÂNICA” COMO ESTRATÉGIA DE METODOLOGIA NO ENSINO EM QUÍMICA

Cynthia Pereira dos Santos
Gilson Silva Filho
Otoniel de Aquino Azevedo
Bruna D´nadai do Nascimento
Eliana da Silva Santos
Cíntia Cristina Lima Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.10119030419

CAPÍTULO 20	203
O JOGO DO SOBE E DESCE COMO RECURSO METODOLÓGICO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Amanda Juvino Soares Mônica Augusta dos Santos Neto Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10119030420	
CAPÍTULO 21	214
O JOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO A PARTIR DA LINGUAGEM TEATRAL	
Pedro Paulo Galdino Vitorino Dias. Clarice da Silva Costa.	
DOI 10.22533/at.ed.10119030421	
CAPÍTULO 22	231
O MOVIMENTO E A INTERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA POR MEIO DE BRINCADEIRAS	
Luzia Xavier de Oliveira Andressa Nayara Barros Correa Freitas Sidney Benedito da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.10119030422	
CAPÍTULO 23	245
O MUNDO DO TRABALHO PARA ANALFABETOS E PARA ALUNOS DO 1º SEMESTRE DO PRIMEIRO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Arthur Ferreira da Costa Lins Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
DOI 10.22533/at.ed.10119030423	
CAPÍTULO 24	256
O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): BREVE RELATO	
Edson Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.10119030424	
CAPÍTULO 25	263
O PAPEL DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA AO NEOCOLONIALISMO	
Anna Marina Paes Montysuma Hildo Cezar Freire Montysuma	
DOI 10.22533/at.ed.10119030425	
CAPÍTULO 26	275
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE JOGOS COGNITIVOS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR	
Daniela Karine Ramos Bruna Santana Anastácio	
DOI 10.22533/at.ed.10119030426	

CAPÍTULO 27 288

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS/AS PROFISSIONAIS E GESTORES DA ESCOLA NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos
Maria Nazaré dos Santos Galdino
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Amanda Raquel Medeiros Domingos
Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.10119030427

CAPÍTULO 28 298

O PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (PROETI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM DIAMANTINA-MG: MAIS TEMPO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO?

Wanderléia Lopes Libório Figueiredo
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Costa

DOI 10.22533/at.ed.10119030428

CAPÍTULO 29 310

O PROTAGONISMO NARRATIVO DO JOVEM: UMA (NOVA) CONSTITUIÇÃO DO SABER

Isadora Ortácio Schmidt Buske
Cilene de Lurdes Silva

DOI 10.22533/at.ed.10119030429

CAPÍTULO 30 320

“O SONHO DE MARIA” UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM AMARAJI/PE

Aparecida do Carmo Fernandes Cheroti

DOI 10.22533/at.ed.10119030430

CAPÍTULO 31 326

O TEATRO COMO METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elvira Santana Amorim da Silva
Maria Magaly Vidal Maia
Andreyne Javorski Rodrigues
Juliana Lemos Zaidan
Priscyla Dayane das Chagas Lira

DOI 10.22533/at.ed.10119030431

CAPÍTULO 32 331

O TEATRO NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA- RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID – LETRAS PORTUGUÊS

Luana Ewald
Andressa Regiane Gesser
Larissa Patricia Theiss
Suelen Ramos
Henrique Mengisztcki

Silvane Terezinha de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.10119030432

CAPÍTULO 33 346

O TRABALHO DO PROFESSOR MT NAS ESCOLAS DE CABO FRIO

Helaine Soares

DOI 10.22533/at.ed.10119030433

SOBRE A ORGANIZADORA..... 358

O PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (PROETI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM DIAMANTINA-MG: MAIS TEMPO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO?

Wanderléia Lopes Libório Figueiredo

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri – UFVJM - Diamantina-MG

Maria do Perpétuo Socorro de Lima Costa

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri – UFVJM - Diamantina-MG

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar a implantação do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI) como política pública em escolas de educação básica em Diamantina-MG, a sua trajetória, bem como analisar se o “mais tempo” nestas escolas ressignifica mais tempo de uma outra educação, na percepção dos profissionais envolvidos no Projeto. Este estudo teve como recorte temporal o período de 2008 a 2016. Para conduzir esta investigação, a metodologia utilizada envolveu a pesquisa qualitativa, tendo como procedimentos o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e a documental, além do instrumento metodológico da entrevista semiestruturada com os envolvidos no Projeto. O aporte teórico desta pesquisa foi norteado por autores que abordam a temática da educação integral/tempo integral como política pública, dentre eles: ARROYO (1998, 2000, 2006, 2012), CAVALIERE (2002, 2007), GUARÁ (2006), MOLL (2004, 2009, 2012), MORAES (2013) e TEIXEIRA (1969, 1976, 1999). A discussão e a interpretação dos dados

coletados foram realizadas mediante a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011). Como resultado, este estudo concluiu que os projetos e programas relacionados à educação integral nas escolas pesquisadas estão em processo de implementação, mas ainda não estão consolidados conforme as diretrizes estabelecidas pela SEE/MG. O tempo a mais nestas escolas, do PROETI ao PEI, ainda não significa mais tempo de uma outra educação, mas uma importante experiência da ampliação da jornada de permanência diária dos alunos, tendo em vista o caráter assistencialista desempenhado por estes projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica. Política educacional. PROETI.

ABSTRACT: This research has as main objective to investigate the implantation of the School of Integral Time Project (PROETI) as a public policy in primary schools in Diamantina-MG, its trajectory, as well as to analyze if the “more time” in these schools re-signifies more time of another education, in the perception of the professionals involved in the Project. This study had as a temporary clipping the period from 2008 to 2016. In order to conduct this research, the methodology used involved qualitative research, having as procedures the case study, bibliographical and documentary research, besides the methodological instrument

of the semi-structured interview with those involved in the Project. The theoretical contribution of this research was guided by authors who approach the theme of integral education / full time as public policy, among them: ARROYO (1998, 2000, 2006, 2012), CAVALIERE (2002, 2007), GUARÁ (2006), MOLL (2004, 2009, 2012), MORAES (2013) and TEIXEIRA (1969, 1976, 1999). The discussion, as well as the interpretation of the data collected, were carried out through content analysis from the perspective of Bardin (2011). As a result, this study concluded that the projects and programs related to integral education in the schools surveyed are in the process of being implemented, but are not yet consolidated according to the guidelines established by the SEE / MG. The longer time in these schools, from PROETI to PEI, still does not mean more time for another education, but an important experience of extending the students' daily stay, in view of the assistentialist character played by these projects.

KEYWORDS: Basic education. Educational policy. PROETI.

1 | INTRODUÇÃO

Com a crescente expansão da democracia no Século XX, em países periféricos como o Brasil, muitas mudanças no tocante às responsabilidades do Estado perante a sociedade emergiram, surgindo as Políticas Públicas (AZEVEDO, 2004). Dentre as políticas públicas implementadas no campo educacional, destaca-se o programa de educação integral.

A ação da Educação Integral na legislação vigente reflete a luta em prol de uma educação de qualidade para todos, de forma laica, gratuita e obrigatória, com concepções e práticas de educação integral, de maneira a reestruturar a escola com vistas a uma aprendizagem não restrita à instrução, mas que o aluno tenha oportunidades completas de vida (MOLL, 2012).

A educação integral reflete o avanço da consciência do direito a mais tempo de educação, já que o tempo de escola da forma tradicional, parcial, em um único turno, é muito curto. No entanto, há de se atentar para o fato de que não basta simplesmente mais tempo da mesma escola, da mesma educação. A educação integral não deve e não pode ser entendida apenas como ampliação do tempo, mas como uma política afirmativa do direito da criança e do adolescente a um justo viver (ARROYO, 2012).

Dentre os projetos implementados em busca de melhores resultados e qualidade da educação no estado de Minas Gerais, destaca-se o Projeto Escola de Tempo Integral – PROETI, com o objetivo de ampliar o tempo de permanência diária dos alunos nas escolas, com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos e qualidade da educação (SEE/MG, 2009).

A principal razão para este estudo é a relevância do tema, dada à necessidade imperiosa da implementação de uma educação integral, na qual o tempo e o espaço dialoguem com o saber e o viver, objetivando a formação do indivíduo na sua integralidade (MOLL, 2012).

No entanto, torna-se imperativo assegurar que o tempo estendido na escola seja qualitativo, ou seja, que o tempo a mais seja refletido em mais oportunidades de saberes, numa perspectiva de formação integral do indivíduo (TEIXEIRA, 1999).

No intuito de aprofundar os estudos sobre a problemática acerca da ampliação do tempo escolar como ampliação dos direitos e espaços educativos, foram indagadas algumas questões que direcionaram esta pesquisa, tais como: Quais as dificuldades encontradas na implantação do PROETI em escolas de educação básica na cidade de Diamantina? Como as escolas de educação básica da cidade de Diamantina-MG se organizaram para a adesão e implantação do PROETI? Como as escolas de educação básica da cidade de Diamantina-MG se reestruturaram para que os alunos das turmas participantes do PROETI tivessem mais tempo de uma outra educação? É mais tempo da mesma escola ou mais tempo de uma outra educação?

Das sete escolas de educação básica de Diamantina que implantaram o PROETI, optou-se por acompanhar duas escolas, sob o pseudônimo de Ouro e Diamante, tendo em vista que foram as duas primeiras escolas que implantaram o Projeto em 2008 e que mantiveram as turmas de tempo integral até o ano de 2016, período final desta pesquisa.

Partindo desta premissa, esta pesquisa tem como objetivo central analisar a implantação do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI) como política pública em escolas de educação básica de Diamantina-MG, a sua trajetória e também a constatação de se o “mais tempo” nas turmas pertencentes ao PROETI ressignifica mais tempo de uma outra educação, na percepção dos profissionais envolvidos no Projeto, considerando como recorte temporal o período de 2008 a 2016.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Para conduzir esta proposta, a metodologia utilizada envolveu a pesquisa qualitativa, dada à especificidade do objeto de estudo (MINAYO, 2001), envolvendo sete (07) escolas de educação básica da cidade de Diamantina-MG que possuem turmas que participam do PROETI.

Quanto à natureza, foi adotada a pesquisa básica, com o objetivo de gerar conhecimentos novos e úteis, sem previsão de aplicação prática.

No tocante aos objetivos, adotou-se a pesquisa exploratória com o intuito de obter informações sobre a possibilidade de levar adiante uma investigação mais completa sobre o contexto particular da vida real, de forma a tornar o tema mais explícito e estabelecer prioridades para outras investigações (SAMPLIERI *et al.*, 2006; Gil (2007).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram adotados como procedimentos o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e a documental, buscando analisar a implantação do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI) como política pública nas escolas de educação básica de Diamantina, no período compreendido entre 2008 e

2016.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada com vistas a um substancial embasamento teórico e estruturação dos conceitos, além da legislação pertinente ao tema abordado.

A pesquisa documental também foi utilizada para direcionar este estudo, representando um procedimento metodológico de grande relevância para esta pesquisa (FONSECA, 2002), tendo em vista a necessidade de obtenção de informações e dados referentes ao PROETI.

O recurso da coleta de dados foi desenvolvido tanto na Superintendência Regional de Ensino, como também nas escolas de educação básica da cidade de Diamantina que possuem turmas pertencentes a este projeto. Para direcionar este estudo na obtenção dos dados, foi aplicada, como instrumento metodológico, a entrevista semiestruturada, que consiste em um roteiro de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma determinada ordem, no qual o entrevistador tem a liberdade de acrescentar outras perguntas para obter mais informações sobre o assunto abordado (SAMPIERI, 2006). As referidas entrevistas foram realizadas com analistas educacionais e inspetores da SRE Diamantina, e também com diretores, coordenadores, supervisores e professores das turmas de tempo integral das escolas de educação básica de Diamantina que aderiram ao PROETI. Estas entrevistas foram previamente autorizadas pelos entrevistados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram evidenciados, além do convite para a participação, os objetivos da pesquisa, a forma, os riscos e benefícios da mesma e a autorização para a publicação dos dados em eventos e em pesquisas futuras, garantindo o anonimato e o sigilo referente à participação do profissional entrevistado.

As atividades das entrevistas foram gravadas, em um tempo aproximado de duas horas e realizadas em salas reservadas nas instituições foco da pesquisa, para garantir o sigilo das informações e privacidade do sujeito recrutado, podendo, a qualquer momento, o entrevistado optar em não responder à(s) pergunta(s) ou solicitar o fim da entrevista durante a sua realização. Após, foram transcritas.

O processo de análise dos dados coletados no decorrer desta pesquisa foi realizado mediante a análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Portanto, após a fase preliminar da coleta de dados, procedeu-se à análise dos mesmos, tendo como foco esclarecer os fatos e enriquecer a leitura das informações adquiridas no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

3 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

Durante todo o percurso deste estudo acerca da implantação e do funcionamento dos projetos relacionados à educação integral, foi possível perceber que a experiência do tempo integral nas escolas Ouro e Diamante percorreu uma trajetória no período compreendido entre 2008 e 2016.

Implantado inicialmente como PROETI, este projeto foi reformulado, transformando-se em PETI e posteriormente em PEI, com alterações tanto na nomenclatura, como também nas diretrizes a serem seguidas pelas escolas.

E foi possível também perceber quantas foram as dificuldades enfrentadas no caminho percorrido, e como eles ainda convivem com muitas destas dificuldades. E além dos limites apontados, quantos ainda são os desafios a serem vencidos rumo a uma educação verdadeiramente integral dos alunos.

Como principais dificuldades, foram destacadas a falta de uma formação continuada principalmente dos professores envolvidos nas atividades do projeto, gerando pouco ou nenhum interesse por parte da equipe local; a dificuldade de contratar profissionais com o perfil adequado para atuar no projeto; a falta de estrutura física nas escolas; o desenvolvimento das atividades de forma inovadora e criativa, conforme a metodologia proposta, além do atraso no repasse dos recursos financeiros para custear as despesas do projeto.

Como estes projetos já vêm prontos da SEE/MG, numa verdadeira “política de cima para baixo”, os professores e demais profissionais que atuam diretamente na escola não são ouvidos anteriormente, tampouco envolvidos na construção desta política educacional. Após a elaboração, a grande maioria delas é enviada às Superintendências Regionais para que seja implantada nas escolas e muitas vezes, com cobranças de resultados.

No seco e frio itinerário, a equipe central (SEE/MG) elabora o projeto, a equipe regional (Superintendência Regional de Ensino) apresenta o projeto e repassa-o para a equipe local (escolas) para implantar, desenvolver e apresentar resultados. A proposta vem única, como se todas as escolas de educação básica do estado de Minas Gerais fossem iguais, em relação à infraestrutura, localização, equipe de gestão e perfil dos alunos, deixando a cargo das escolas readaptarem as atividades conforme a realidade local.

Devido à sobreposição de projetos existentes nas escolas pertencentes à SRE Diamantina por ocasião da implantação do PROETI em algumas escolas, a equipe regional revelou que não teve como dispensar um tempo e uma atenção necessária aos profissionais que atuariam diretamente nas atividades do projeto, capacitando-os conforme a metodologia diversificada e inovadora ora pretendida.

Portanto, torna-se elementar compreender que a proposta é a mesma, mas que a escola é única. As propostas referentes às atividades referentes ao tempo integral não se apresentam como modelos prontos, tampouco pautadas em concepções conclusivas. Há diretrizes e um “arco de opções e conjugações possíveis para diferentes contextos que permitem tanto a realização de projetos e programas pelo próprio sistema escolar, quanto por diversas áreas públicas atuando no espaço escolar, ou [...] em cooperação” (GUARÁ, 2006, p. 18).

E foi nítida a comprovação, nestas duas escolas, de que as propostas são interessantes e importantes, mas que as esferas centrais, regionais e locais não

são engajadas na implantação, desenvolvimento e avaliação dos resultados destas políticas educacionais, com o suporte necessário e apoio mútuo.

Configura-se um grande desafio formar profissionais na perspectiva da educação integral, tendo em vista a multiplicidade de dimensões contempladas por essa proposta. Nos relatos dos analistas da SRE e professoras da escola, percebe-se que uma das dificuldades refere-se à formação continuada desses profissionais. Em 2009, o MEC convidou as Universidades para um processo formativo dos agentes que iriam trabalhar na escola de tempo integral, mas não foi registrada durante esta pesquisa atuação das universidades neste sentido e nesse período em Diamantina-MG.

Torna-se quase impossível esperar resultados satisfatórios destes projetos relacionados à educação integral sem priorizar a formação continuada dos profissionais diretamente envolvidos, tendo em vista a necessidade primeira de compreender a nova modalidade educacional voltada na resignificação do tempo e do espaço educativos (GABRIEL; CAVALIERE, 2012), na perspectiva de cidade educadora (MOLL, 2009; 2012).

A partir das experiências de ampliação da jornada escolar observadas na Escola Ouro e na Escola Diamante, percebe-se que os projetos e programas relacionados à Educação Integral continuam em processo de implantação e implementação, mas ainda não estão consolidados e produzindo os resultados esperados conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Todos os profissionais envolvidos nos projetos e programa entrevistados durante esta pesquisa reconheceram a abrangência destas propostas e a importância de se manter o funcionamento das turmas tanto na Escola Ouro como também na Escola Diamante. No entanto, reconhecem também que o tempo a mais nestas escolas, nos moldes em que o Programa funciona, ainda não significa mais tempo de uma outra educação.

Outro limite apontado foi a contradição existente nas diretrizes do projeto e nos documentos legais que previam o recrutamento e a contratação de pessoal. Exigia-se um profissional com perfil adequado para desenvolver atividades inovadoras e criativas principalmente através de oficinas, mas os critérios legais previam uma ordem de prioridades diversas para contratação, como aproveitar professor excedente ou com carga horária incompleta, ou efetivado pela Lei 100/2007, dentre outras (SEE/MG - Ofício 09/2008), limitando a autonomia da escola quanto à designação dos profissionais.

Interessante pontuar que, embora o PROETI tenha sido implantado nas duas escolas pesquisadas ao mesmo tempo, no decorrer da pesquisa foi possível perceber que o desenvolvimento do projeto se deu e ainda permanece de forma isolada, não havendo interação e troca de experiências entre estas duas escolas. Na Escola Ouro, o tempo integral revelou-se desacreditado pela maioria dos profissionais entrevistados. Já na Escola Diamante, há um envolvimento maior da equipe, mostrando constante empolgação e positividade na realização das atividades, buscando mais alternativas

para o tempo e os espaços escolares e extraescolares, considerando o tempo integral como o “motivador” do funcionamento da escola.

Os profissionais envolvidos no antigo PROETI e no PEI ressaltaram, por unanimidade durante as entrevistas, a importância do funcionamento das turmas em tempo integral nestas escolas, tendo em vista o caráter assistencialista desempenhado por estes projetos. Com a ampliação da jornada escolar, além da melhoria da aprendizagem dos participantes, a alimentação oferecida ao longo do dia para as crianças e adolescentes supre a carência alimentar dos lares de muitas das famílias destes alunos, dentre outras assistências. A maioria dos pais destes alunos prioriza a escola que oferece o tempo integral por diversos motivos, como “para tirarem os meninos da rua”, “deixá-los na escola enquanto trabalham”, “não fiquem sozinhos em casa”, “para ficarem protegidos” ou “bem cuidados”.

Assim, a escola ultrapassa os limites do território do saber, com a função primordial do educar, e é chamada a assumir também a função de prestar atendimento e proteção social às crianças e jovens com carências diversas, demandadas por uma população, na sua maioria, formada por famílias de baixa renda, mas que se esforçam para ajudar as crianças, mesmo vivenciando situações de grande vulnerabilidade social.

Percebe-se que o PEI nestas escolas pesquisadas ainda está ganhando, pouco a pouco, uma nova configuração, na tentativa de enfrentar o desafio de romper com as marcas da complexidade da educação ofertada em turnos parciais ou simplesmente prestar “atendimento” às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social no “tempo integral”.

Mas para que as ações escolares e educacionais sejam desenvolvidas com a finalidade da formação integral, é necessário o envolvimento das esferas centrais, regionais e locais, com condições mínimas para que principalmente os profissionais que se encontram no verdadeiro “chão da escola” possam reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, modificando a rotina da escola, para não incorrer em simplesmente um aumento do tempo.

Os conhecimentos produzidos através deste estudo, relacionados à implantação e funcionamento dos projetos de educação (de/em tempo) integral, não são conclusivos, devendo ser ampliados com outras questões que se fizerem emergentes. Os indicativos de futuras investigações sobre esta temática tanto poderão ser relacionados a este mesmo período compreendido neste estudo, com novas abordagens, como também por meio do acompanhamento das práticas educacionais desenvolvidas principalmente por estas duas escolas pesquisadas, a partir de 2017, já que os projetos relacionados à educação integral são efêmeros nestas escolas, passando por reformulações e mudanças de diretrizes a serem seguidas.

Espera-se que este estudo, a partir das experiências realizadas, possa contribuir para reflexões acerca da implantação e funcionamento destes projetos educacionais com ampliação de jornada escolar diária, servindo de subsídios para implantação em

outras escolas, e principalmente, direcionando um olhar mais atento para as dificuldades apontadas, bem como para as possibilidades de desenvolvimento de atividades que realmente sejam traduzidas em mais educação, entendida como educação integral.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 2006. p. 131-164.

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 65, p. 3-10, 1988. Texto apresentado no Seminário Escola Pública de Tempo Integral: uma questão em debate, realizado na Fundação Carlos Chagas, de 11 a 13 de fevereiro de 1987. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/706.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ARROYO, Miguel. Fracasso-sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, nº 7, p. 33-40, jan. 2000.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleções Polêmicas do nosso tempo; v. 46).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANCO, Veronica. A política de formação continuada de professores para a educação integral. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 246-257.

BRASIL, MEC. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília, 2011. Série Mais Educação.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e

dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996, Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 04 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa Mais Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13940.pdf>>. Acesso em: 27/12/15.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n.100, p.1015-1035, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>>. Acesso: em 18 ago. 2017.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Parecer nº 1.132/97**. Belo Horizonte - MG, 12 de novembro de 1997.

COSTA, Tane Marilene: depoimento [21 dez. 2016]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Superintendência Regional de Ensino de Diamantina.

CRUZ, Círio César da *et al.* **O Cenário da implantação da Educação Integral no município de Diamantina/2016**. In: SEMANA DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFVJM: Conhecimento, Tecnologia e Transformação Social, V, 2016, Diamantina - MG. Pôster.

CRUZ, Círio César: depoimento [10 mar. 2017]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

DAMASCENO, Geralda Adriana: depoimento [07 dez. 2016]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professora Gabriela Neves.

DIANA, Kênia Civiane Ribeiro: depoimento [15 dez. 2016]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professor José Augusto Neves.

ÉBOLI, Maria Terezinha de Melo. **Uma experiência de educação integral**: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. INEP, 1969. 84p.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO NEVES. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Diamantina, 2016.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA GABRIELA NEVES. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Diamantina, 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. As retóricas das reformas. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; SANTOS, Marileide Lopes dos (Orgs.) **Reformas Educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p.13-25.

FERREIRA, Lizilânia: depoimento [14 dez. 2016]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professor José Augusto Neves.

FERREIRA, Rosilene Natalícia; Leidiane: depoimento [12 abr. 2017]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Superintendência Regional de Ensino de Diamantina.

FLICK, Uwe. Sobre este livro. In: GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GABRIEL, Carmem Teresa; CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral e currículo integrado: quando dois conceitos se articulam em um programa. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, p.118-127.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 1, n.2, p.15-24, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2013.

MACHADO, Alexsandro dos Santos. Ampliação de tempo escolar e aprendizagens significativas: os diversos tempos da educação integral. In: MOLL, Jaqueline (Org.) **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso 2012, p. 267-276.

MINAS GERAIS - Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011. Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais para 2011-2020. **Diário do Executivo**. 13/01/2011. p. 5. Col. 1.

MINAS GERAIS. Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011. **Institui o Plano Decenal de Educação no Estado (2011-2020)**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19481&comp=&ano=2011&aba=js_textoAtualizado>. Acesso em: 05 jan. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Documento orientador das ações de educação integral no estado de Minas Gerais: ampliação de direitos, tempos e espaços educativos**. Versão II - 14 de abril de 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício Circular nº 09/2008, de 19 de março de 2008**.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício Circular nº 82, de 1º de abril de 2008**.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício nº 36/2007, de 17 de setembro de 2007**.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências**.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 2.749, de 1º de abril de 2015. **Dispõe sobre o funcionamento e a operacionalização das ações de Educação Integral nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais**.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação - Resolução nº 8.086, de 18 de novembro de 1997. **Institui o Sistema de Ciclos de Formação Humana no Ensino Fundamental**.

- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Projeto Aluno de Tempo Integral**: Cartilha. Belo Horizonte, 2005a.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Projeto Aluno de Tempo Integral**: Guia de Avaliação. Belo Horizonte, 2005c.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Projeto Aluno de Tempo Integral**: Guia de Implantação. Belo Horizonte, 2005b.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Projeto Escola de Tempo Integral**: Cartilha. Belo Horizonte, 2007.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2012.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. Resolução nº 416, de 4 de junho de 2003. **Institui na rede pública de Ensino de Minas Gerais o Projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa” de apoio às escolas em área de risco social.**
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC /INEP. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** . 1960, nº 79, p. 108-127.
- MOLL, Jaqueline (Org.). **Ciclos na escola, tempos na vida**: criando possibilidades. Artmed Editora: Porto Alegre, 2004.
- MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p. (Série Mais Educação).
- MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-148.
- MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. **Revista pedagógica Pátio**, Porto Alegre, n.51, p. 12-15, ago./out. 2009.
- MORAES, José Damiro de. **Educação Integral e anarquismo**: conceitos e práticas no século XIX. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://democraciaeliberdades.files.wordpress.com/2013/10/texto-base-curso-jdm.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- MORAES, Nilma Regina de: depoimento [08 mai. 2017]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professora Gabriela Neves.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Orgs.). **Políticas públicas e educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. (Coleção Edvcere). p. 71-89.
- PAIVA, Flávia Russo Silva. A política de educação em tempo integral na rede pública do ensino fundamental em Minas Gerais: uma análise de sua trajetória, no período de 2005 a 2013. **Revista Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade**. EdUECE, 2014 - Livro 3.

PAIVA, Flávia Russo Silva. **Educação em tempo integral**: cursos e percursos dos projetos e ações do governo de Minas Gerais na rede pública do ensino fundamental, no período de 2005 a 2012. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.

RABELO, Marta Klumb Oliveira. Educação integral como política pública: a sensível arte de (re) significar os tempos e os espaços esportivos. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 118-127.

ROCHA, Eliana Andrade: depoimento [22 fev. 2017]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Superintendência Regional de Ensino de Diamantina.

SAMPIERI, Roberto Hernandez *et al.* **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2006.

SAVIANI, Dermeval, *et. al.* **O legado educacional do “longo Século XX” brasileiro**. Campinas -SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas -SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>>. Acesso em; 27 dez. 2015.

SILVA, Marilene Oniz da: depoimento [26 abr. 2017]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professor José Augusto Neves.

SILVA, Noali Aparecida da Rocha: depoimento [05 dez. 2016]. Entrevistadora: Wanderléia Lopes Libório Figueiredo. Diamantina: Escola Estadual Professora Gabriela Neves.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DIAMANTINA. **Relatório de Distribuição de Turmas da Educação Integral do ano de 2016**. Diamantina, 2016.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Bahia: 1950 *apud* ÉBOLI, Maria Terezinha de Melo. **Uma experiência de educação integral**: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. INEP, 1969. 84p.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Tempos escolares. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-310-1

